

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tem questionado recorrentemente os últimos Governos - desde 2011 - sobre a situação de financiamento e falta de pagamentos a trabalhadores da Orquestra do Norte. A Orquestra do Norte tem quase 31 anos de existência, remonta ao ano de 1992. A sua direção é constituída por 5 municípios, mais concretamente: C.M. Amarante (Presidência), Guimarães, Penafiel, Lamego e Fafe. Estamos a falar de uma orquestra que atua anualmente para cerca de 100 mil pessoas e tem feito concertos por todo o território nacional, e ainda digressões por Espanha e Alemanha.

Segundo o Decreto-Lei n.º 57/2018, de 12 de julho, “a atribuição e a cessação do estatuto de orquestra regional compete ao membro do Governo responsável pela área da cultura, sob proposta da Direção-Geral das Artes, que **assegura a estabilidade do seu financiamento, por períodos de quatro anos**, e tendo em consideração a participação das entidades da administração local, enquanto parceiros indispensáveis para a promoção e consolidação da atividade das orquestras regionais.”

Esta realidade não significa estabilidade financeira / contratual para os trabalhadores da Orquestra Regional do Norte. Até 2012 os trabalhadores estavam enquadrados por falsos recibos verdes o que se alterou em fevereiro desse ano, permitindo a celebração de contrato de trabalho com 37 músicos com a garantia do Governo de financiamento em 80% do acréscimo da despesa resultante da aplicação deste regime. Essa foi uma alteração relevante para essa estabilidade. No entanto, e fruto de incumprimentos por parte das autarquias que dirigem esta Orquestra Regional, a instabilidade e falta de pagamento não cessou. No ano de 2022 esta situação ocorreu e a primeira tranche do financiamento da Direção Geral das Artes apenas chegou no final do 1º semestre, e, em conjugação, levou ao atraso no pagamento dos salários. Segundo a Direção Geral das Artes “a Orquestra Regional do Norte não apresentou o referido relatório respeitante ao primeiro trimestre do ano de 2022, pelo que é esse o único motivo do atraso do pagamento, ao contrário do que ocorre nas duas outras Orquestras Regionais”, também com o mesmo modelo de financiamento.

Em 2023, os trabalhadores estão novamente sem receber desde fevereiro e não têm perspectivas de regularização. Segundo informação que estes transmitiram a este Grupo Parlamentar, cerca de 10 trabalhadores estão, desde 14 de abril, em situação de suspensão do contrato e não se sabe quantos mais terão de recorrer a esta situação. Este problema é ainda mais grave já que os concursos para atribuição de financiamento quadrienal às três Orquestras Regionais já reconhecidas foi adiado, fruto da pandemia Covid-19, até 31 de dezembro de 2023, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 90-B/2022, de 30 de dezembro. Tanto quanto se sabe, o reconhecimento que garante o financiamento já terá sido feito, no entanto a Portaria de Extensão de Encargos, necessária à adenda aos contratos, não terá sido ainda assinada, não podendo a DGArtes proceder às necessárias adendas e ao pagamento das tranches trimestrais para 2023. Esta situação, pela anomia da Direção atual, implica constrangimentos e levam à falta de pagamento dos trabalhadores, e muito provavelmente de outros compromissos e a prolongar-se levará igualmente a situações de restrições financeiras das outras duas Orquestras Regionais.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação das Orquestras Regionais relativas ao financiamento para 2023?
2. Quando se prevê a assinatura das adendas aos contratos que permitam proceder ao pagamento das tranches em dívida relativas a 2023?
3. Pretende o Ministério da Cultura rever o modelo de financiamento para garantir o pagamento atempado dos encargos com trabalhadores das Orquestras Regionais com custos laborais já identificados?

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)